

Reforma agride direito adquirido de servidores, protesta Holanda

Para senador, fim da estabilidade desconsidera direito adquirido e tem finalidade casuística. "Desprezo a concursados" traz de volta escolhas pessoais vetadas pela Constituição

Cabral sugere ligar Amazônia à bacia do Prata

O senador Bernardo Cabral defendeu ontem a integração das bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata, para o barateamento dos custos de transporte e incremento do comércio na região amazônica. A ligação fluvial possibilitaria, conforme o senador, a completa integração comercial ao povo ibero-americano, de Buenos Aires ao Caribe, sem provocar danos ao meio ambiente. Cabral quer internacionalizar, sem desnacionalizar, a Amazônia. **Página 2.**

Valmir quer SFH apoiando a classe média

Página 3

Bolsa-cidadão é proposta por Calheiros

Página 4

As reformas constitucionais, especialmente a previdenciária e a administrativa, não podem ferir os direitos adquiridos dos servidores, afirmou ontem o senador Joel de Holanda (PFL-PE), para quem "a vaga referência do governo ao interesse público", em defesa de suas propostas, não justifica "a prática de ilegalidades e inconstitucionalidades, como vem acontecendo na aprovação de matérias pela Câmara dos Deputados, que agridem frontalmente a Constituição".

- Não está delegado ao governo o poder de rever situações consolidadas no patrimônio dos servidores, ativos ou inativos. Mesmo assim, o Ministério da Administração vem promovendo a alteração ilimitada de vencimentos e



Joel de Holanda

proventos concedidos. O fim da estabilidade dos servidores públicos, além de desconsiderar o direito adquirido, tem finalidade casuística, pois visa tão somente à demissão em massa de funcionários da União, estados e municípios,

sob a razão principal do corte de despesas públicas - afirmou.

Joel de Holanda disse que a proposta de reforma administrativa, "desprezando o funcionalismo concursado", permite a contratação de servidores escolhidos livremente pelos governantes, método que, a seu ver, substitui o sistema de mérito para o ingresso na administração por "escolhas pessoais e imorais de avaliação da competência do novo contratado". A mudança, segundo o senador, é inconstitucional, pois, acentuou, de acordo com o artigo 37 da Constituição, o poder público está obrigado a observar os princípios da impessoalidade e da moralidade nos critérios de contratação.

Hugo Napoleão pleiteia renegociação ampla das dívidas de todos os estados

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), disse ontem que o Congresso Nacional e o Poder Executivo devem adotar medidas urgentes que possam solucionar a crise financeira enfrentada pelos estados. Segundo o senador, "não interessa a ninguém o caos financeiro nos estados, que, persistindo, pode atrapalhar as eleições e o processo de reforma constitucional".



Hugo Napoleão

No entendimento do senador, as autoridades econômicas federais devem chamar os governadores para uma renegociação ampla das dívidas, tendo por base critérios gerais para todos os estados, sem privilégios. "Devemos partir do princípio de que a proposta de renegociação deve tornar viável e saudável a economia dos estados. Caso contrário, os termos do acordo não

serão honrados", observou.

- Não podemos mais fechar os olhos à triste realidade dos estados. As dificuldades financeiras atingem 22 estados brasileiros. Governadores e prefeitos batem às portas do Palácio do Planalto e do Ministério da Fazenda, ameaçando com uma moratória em cadeia - disse o líder do PFL, alertando que "alguns estados caminham para a ingovernabilidade, com os serviços públicos paralisados, porque não têm dinheiro para pagar os funcionários".

Interligação fluvial para reduzir custo dos transportes entusiasma Cabral

Idéia é criar um grande corredor que ligará Buenos Aires ao Caribe, trazendo a completa integração comercial ao povo ibero-americano

A integração das bacias hidrográficas do Amazonas e do Prata foi defendida ontem pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) como forma de incrementar o comércio da região amazônica e de baratear os custos de transporte, sem provocar danos ao meio ambiente.

- Se interligarmos a bacia do Amazonas com a do Prata e, adicionalmente, com a do Orinoco, estaremos disponibilizando um grande corredor que ligará Buenos Aires ao Caribe, trazendo a completa integração comercial ao povo ibero-americano - acrescentou.

Cabral afirmou que, segundo estudos técnicos, a interligação das bacias é "um proje-



Bernardo Cabral

to lógico de desenvolvimento, não existindo qualquer impedimento de engenharia para sua realização".

- O economista venezuelano Paul Georgescu diz que mais de 90% da malha hídrica das bacias do Amazonas e do Prata poderiam tornar-se francamente navegáveis. Importante ressaltar que as obras de ligação dessas enormes bacias podem ser realizadas com menor impacto ambiental que a construção das rodovias, que têm constituído a modalidade principal da matriz brasileira de transportes - salientou.

Depois de sugerir a inserção da região amazônica no chamado mercado global, ele disse que a abertura vem sendo

feita desde o início desta década. "A região precisa, por um lado, produzir mercadorias exportáveis e, por outro lado, amearhar os recursos de que necessita para comprar os bens e serviços de que não disponha internamente."

Cabral ponderou que a solução para se promover o crescimento econômico da Amazônia pode ser encontrada no desenvolvimento sustentado, que, conforme disse, concilia as vantagens comparativas da comercialização de produtos da floresta e as necessidades da conservação e do progresso material.

O senador assegurou que o País não abrirá mão de sua soberania sobre o território amazônico. "Internacionalizar, no sentido de desnacionalizar, é projeto que pode ser, desde já, excluído", frisou.



Emília Fernandes

Emília quer preservar direitos no Mercosul

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) endossou ontem a preocupação dos trabalhadores dos países integrantes do Mercosul em garantir os seus direitos sociais e trabalhistas nas negociações e acordos no âmbito desse mercado comum e de outros tratados internacionais de livre comércio.

Ela afirmou, entretanto, que existe no Mercosul uma clara tendência à desregulamentação em matérias sociais e trabalhistas, o que, no seu entender, significa na prática um agravamento das condições de trabalho, salariais e de organização dos trabalhadores dos países da região.

Durante a última reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, dia 12, em Brasília, os sindicalistas defenderam a necessidade de se estabelecer uma cláusula social de proteção mínima aos trabalhadores, frente à globalização, informou.

Outras reivindicações feitas pelos trabalhadores, segundo a senadora, são a exigência da proibição do trabalho infantil e escravo e a necessidade de se evitar a discriminação no emprego. Essa discriminação vem prejudicando as mulheres brasileiras, que enfrentam dificuldade de acesso ao mercado, assinalou.

A senadora teme que uma eventual alteração na legislação, sem ampla discussão com os interessados, não só eliminará direitos, como comprometerá a organização unitária dos trabalhadores.

Odacir pede a revisão do Orçamento para garantir à Amazônia mais recursos federais

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que os critérios de dotação orçamentária devem ser revistos, para permitir maiores investimentos do governo federal na Amazônia, como forma de compensar a transferência de recursos feita pelos estados da região ao poder público federal.

Odacir baseou-se, ao fazer essa reivindicação, em dados oferecidos pelo governador Amazonino Mendes, do Amazonas, à Comissão Mista de Orçamento, durante a reunião regional que o órgão promoveu

recentemente em Manaus. Ele disse que o governador demonstrou que, contrariamente ao que prevê a Constituição, o Amazonas vem se tornando um exportador líquido de recursos para o governo federal, em vez de receber as dotações de que necessita para seu desenvolvimento.

- Por mais surpreendente e absurda que possa parecer, essa descapitalização da Amazônia em favor da União é uma realidade que possivelmente passaria em brancas nuvens, não fora a oportunidade de manifestação oferecida à sociedade nas reuniões regionais promovidas



Odacir Soares

pela Comissão Mista de Orçamento - disse Odacir Soares, ao analisar a importância dessa iniciativa para o aprofundamento do processo orçamentário junto aos contribuintes.

Na opinião do senador, a Comissão Mista de Orçamento, ao colher essas e outras informações, "está acumulando argumentos concretos e convincentes para fazer sentir aos responsáveis pela elaboração do Orçamento da União a imperiosa necessidade de aprimorar e equanimizar os critérios de distribuição dos recursos arrecadados dos contribuintes".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Valmir defende moradia para classe média

Com a intenção de garantir a retomada dos investimentos, senador anuncia que pretende alterar proposta do governo que fixa novas regras para o Sistema Financeiro de Habitação.



Júlio Campos

Campos cobra atenção para os direitos humanos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu urgência na tramitação de projetos de sua autoria que tratam de direitos humanos, por estar convicto de que as medidas propostas por ele contribuirão para o pleno estabelecimento desses direitos no Brasil. Como prova disso, o senador afirmou que as idéias contidas nesses projetos são defendidas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), apresentado pelo Executivo.

Conforme explicou Júlio Campos, o PNDH, para entrar em vigor, deve ser, também, aprovado pelo Congresso. Como inclui propostas de emendas constitucionais e inúmeros projetos de lei, a aprovação do programa, na opinião do senador, demandará muito tempo. Tal fato, a seu ver, justificaria a rápida análise dos projetos já em tramitação.

Entre os projetos que o senador pretende ver submetidos à votação estão o que assegura o atendimento preferencial a gestantes, idosos com mais de 65 anos, deficientes físicos e mentais e aposentados por invalidez nos órgãos da administração pública federal direta e indireta; o que define e regulamenta o crime de tortura; e o que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) anunciou ontem que vai tentar alterar a proposta do governo que será encaminhada ao Congresso, nos próximos dias, fixando novas regras para o Sistema Financeiro de Habitação.

A intenção do senador é garantir a retomada dos investimentos no setor habitacional, cujo déficit no País é de 5,6 milhões de moradias, e beneficiar também a classe média, que, na opinião de Valmir Campelo, tem sido "a grande excluída, a grande sacrificada dos programas governamentais de moradia".

Conforme pesquisa do Banco Mundial, citada por Valmir, o Brasil gasta cada vez menos com habitação, bem-estar social e infra-estrutura urbana. O senador informou que dados daquela instituição financeira

indicam que a participação desses setores nas despesas gerais do governo federal caiu de 32% para pouco mais de 24% nos últimos anos.

A tímida política habitacional do governo está quase que exclusivamente voltada para os segmentos de menor renda, deixando a classe média extremamente penalizada. O "pacote habitacional" anunciado para a semana que vem não toca nesses aspectos estruturais da questão habitacional brasileira, de acordo com o que foi divulgado pelos jornais - disse ele.

Valmir também criticou a proposta do governo federal de acabar com os chamados "contratos de gaveta", mediante o pagamento imediato de 2% do valor do imóvel e mais 20% de reajuste no valor da prestação pelo novo mutuário.



Valmir Campelo



Ramez Tebet

Tebet apóia a agilização da reforma agrária

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que apoiará o projeto que o governo está elaborando com o objetivo de substituir o Imposto Territorial Rural (ITR) por um fundo destinado a financiar a reforma agrária, se a medida estiver voltada para agilizar o processo, sem aumento da carga tributária.

Conforme estimativas da Receita, citadas pelo senador, os recursos obtidos através desse fundo poderão atingir entre R\$ 1,5 e R\$ 1,8 bilhão nos próximos três anos. "Desde que essa proposição não onere mais aqueles que produzem, acho absolutamente justo."

O recrudescimento das invasões de fazendas promovidas pelo MST, associado ao ressurgimento da UDR, preocupa Tebet, que é relator de projeto oriundo da Câmara sobre a reforma agrária. O senador esclareceu que apresentará substitutivo à matéria, pois, "da forma como veio da Câmara, o projeto praticamente extingue a concessão da medida liminar", o que poderá agravar os enfrentamentos.

Tebet informou que seu substitutivo observará dois pontos básicos: evitar invasões e violência no campo. Ele entende que, mediante esses dois princípios, o País poderá promover uma reforma agrária justa.

Cafeteira propõe isenção para os alimentos da cesta básica

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) apresentou proposta de emenda à Constituição que elimina a incidência de tributos sobre os alimentos constantes da cesta básica destinados ao consumo interno.

Na justificativa da proposta, Cafeteira afirma que, se aprovada essa mudança na Constituição, haverá a curto prazo uma redução no preço dos produtos. "Aos brasileiros será proporcionada uma melhor alimentação, já que poderão comprar mais comida com seus poucos salários", prevê. O senador sustenta que, a



Epitácio Cafeteira

médio prazo, a produção agrícola será incrementada.

Segundo Cafeteira, no setor alimentício há um caminho tortuoso, que o torna burocrático e ineficiente e facilita a intermediação. Os impostos, lembra o senador, são cobrados na produção, industrialização e comercialização dos alimentos. "Claro está que o governo precisa de arrecadação para colocar em preço os programas sociais, não, porém, às custas da necessidade primeira do ser humano, que é a alimentação", observa.

Calheiros propõe bolsa-cidadão a carentes

Projeto do senador estabelece que, para ter direito ao benefício, será exigido das famílias, selecionadas pelo programa Comunidade Solidária, bom aproveitamento dos filhos na escola

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou projeto de lei que cria a bolsa-cidadão, destinada à complementação de renda das famílias de baixo poder aquisitivo, em áreas previamente estabelecidas. A bolsa-cidadão será atribuída a famílias que tenham renda inferior ou igual a dois salários mínimos, morem há pelo menos cinco anos em município previamente selecionado pelo programa Comunidade Solidária e tenham um ou mais filhos em idade escolar.

Conforme a proposição, para ter direito ao benefício, os pais ou responsáveis pelas famílias



Renan Calheiros

contempladas com a bolsa-cidadão deverão manter os filhos em idade escolar regularmente matriculados na escola e participar do programa materno-infantil.

Os pais ou responsáveis deverão também integrar-se à

mobilização comunitária, mediante trabalho voluntário, para atendimento das demandas e interesses da sua comunidade, e comprometer-se a participar de projetos de melhoria da qualificação e aperfeiçoamento de mão-de-obra promovidos por instituições governamentais ou não-governamentais reconhecidas pela autoridade competente.

REGRAS

De acordo com o projeto de Calheiros, para efeito da concessão da bolsa-cidadão, será respeitado o limite de um salário mínimo por família com filhos menores em idade esco-

lar. Caberá ao Comunidade Solidária estabelecer as normas de comprovação de renda familiar e de controle do cumprimento das condições para o recebimento do benefício.

A bolsa-cidadão, estabelece o projeto, será suspensa quando o aluno integrante da família beneficiada faltar a mais de 10% das aulas no ano letivo ou quando for reprovado, ou ainda quando os pais ou responsáveis não cumprirem as exigências do programa. A implantação, segundo o projeto, será de responsabilidade do Ministério da Educação.

Lauro vê fins eleitorais na Radiobrás e vai à Justiça contra seu presidente

O senador Lauro Campos (PT-DF) anunciou ontem em plenário que, com base no Código Eleitoral, encaminhou ao corregedor-geral eleitoral uma representação para que seja apurado desvio ou abuso de autoridade que teria sido cometido pelo presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, no propósito de promover a imagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, com vistas à sua reeleição. O senador amparou sua representação em entrevista concedida pelo presidente da Radiobrás à revista *IstoÉ*,



Lauro Campos

em janeiro deste ano.

Conforme Lauro Campos, Maurílio Ferreira Lima, "que um dia parecia sonhar o sonho de uma sociedade em que a consciência pudesse se manifestar de maneira realmente livre, apoderou-se agora de

uma das mais poderosas estatais brasileiras para transformá-la num pesadelo".

Na opinião do senador, o presidente da Radiobrás está promovendo os objetivos do governo "com a máxima desenvoltura, esquecido de qualquer resquício ético". Lendo trechos da entrevista concedida pelo dirigente da estatal, ele destacou a parte em que Maurílio Ferreira Lima declarou que sua ação é política e que só entende comunicação como projeto político, por isso entrou "na guerrilha da informação".

Cerrado em primavera, na lente de Adão

Quem passar pelo corredor que liga o edifício principal do Senado ao Anexo I vai poder apreciar belas fotografias na exposição "Cerrado em Primavera". São 77 trabalhos de autoria do repórter fotográfico Adão Nascimento, que atua na imprensa de Brasília desde a época da fundação, cobrindo a área política. Promovida pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, a exposição ficará aberta até o dia 23.

A maior parte das fotos aborda a vegetação do Plano Piloto. A série em exposição foi tirada nos meses de maio a julho, período de seca.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR VALMIR CAMPELO E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
 ■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 ■ Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal